

CAPÍTULO X

GOVERNAMENTO DAS INFÂNCIAS: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DO PROJETO LEEI

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/lft10>

Adiles Lima ¹

Michele da Silva Marcos Martins ²

Ricardo Luiz de Bittencourt ³

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma. Mestra em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. E-mail: adileslima.cursos@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestranda em Educação pelo PPGE/UNESC. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. E-mail: michelemarcosmartins@gmail.com

³ Graduado em Filosofia e Pedagogia. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Professor da rede estadual de Santa Catarina e da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: rlb@unesc.net

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, nos últimos anos, acerca da expansão da matrícula e da garantia do padrão mínimo de qualidade da etapa da educação infantil, até porque o termo qualidade é polissêmico, pois abrange diversas interpretações ligadas à valores e às relações de poder em disputa. Portanto, foram elaborados diversos documentos pelo Ministério da Educação que orientam as políticas e definem critérios para evidenciar o que pode ser considerado um atendimento de qualidade em instituições de educação infantil que respeitam os direitos fundamentais das crianças de 0 a 5 anos.

Nesse contexto, uma proposta de atendimento de qualidade para as crianças da educação infantil está ligada ao direito de: brincar; atenção individualizada; ambiente aconchegante e seguro; contato com a natureza; higiene adequada e saúde; alimentação sadia; desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da capacidade de expressão; movimento em espaços amplos; proteção, afeto e amizade; expressão de seus sentimentos; uma especial atenção ao desenvolvimento de sua identidade cultural, racial e religiosa (Brasil, 1997).

Além disso, conforme estipulado no mesmo documento do Ministério da Educação (Brasil, 1997), não podemos ignorar o fato de que as condições de trabalho e de aprendizagem para as professoras,⁴

⁴ Optou-se por utilizar a forma feminina — “professora” — para referir-se às pessoas que atuam na docência da Educação Infantil. Reconhece-se a presença crescente de profissionais do sexo masculino na área; contudo, este campo permanece majoritariamente composto por mulheres, representando mais de 95% do corpo docente.

como a relação entre a quantidade de crianças por turma versus adultos; a organização do tempo/espço; os recursos educacionais disponíveis; o desempenho da equipe de gestão da instituição e a interação com as famílias e a comunidade. Para garantir uma Educação Infantil de qualidade, que é um direito de todas as crianças, é importante considerar diretrizes didático-pedagógicas que auxiliem no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças além do papel das políticas de formação inicial e continuada de docentes.

Nesse cenário, a partir de 2024, o Projeto *Leitura e Escrita na Educação Infantil* - LEEI, assume papel de destaque ao propor processos formativos voltados a professoras da Educação Infantil de todo o território nacional, implementado pelo Ministério da Educação em articulação com estados e municípios no contexto do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Em Santa Catarina, o LEEI foi implementado em diferentes regiões do estado, articulando-se a partir de polos formativos. Neste polo, o projeto foi desenvolvido em parceria com os municípios que compõem as regiões da AMESC, AMREC e AMUREL, com a mediação de uma formadora estadual. Essa profissional participava de encontros preparatórios promovidos pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), instituição responsável pela condução das formações estaduais e pela mediação teórico-metodológica do projeto em território catarinense.

As formações ocorreram de maneira híbrida, combinando momentos presenciais, realizados no município de Criciúma, e encon-

tros virtuais na plataforma do AVAMEC. Durante esses momentos, as formadoras municipais aprofundaram as discussões propostas pelos cadernos do LEEI, refletiam sobre as concepções de leitura, escrita e infância que sustentam o projeto e também planejavam as formações. Posteriormente, as formadoras municipais também realizavam o estudo dos conteúdos e as discussões com as professoras da Educação Infantil de seus respectivos municípios, especialmente aquelas que atendiam crianças da pré-escola, na faixa etária de 4 e 5 anos.

Especificamente no município de Criciúma, o processo formativo contou com a atuação de duas formadoras, responsáveis por conduzir duas turmas de professoras cursistas. As formações também ocorreram de maneira híbrida, combinando momentos presenciais e virtuais. Ao todo, participaram setenta e quatro professoras da Educação Infantil, que se envolveram ativamente nas discussões e atividades propostas. Os encontros presenciais foram realizados no auditório da Secretaria Municipal de Educação, totalizando oito momentos presenciais e oito encontros *on-line*, que se complementam de forma articulada, possibilitando a continuidade dos estudos e o fortalecimento das práticas pedagógicas no cotidiano das escolas municipais e CEIMs.

Como formadoras municipais do Projeto *Leitura e Escrita na Educação Infantil*, pretende-se neste estudo, compreender de que modo o LEEI opera como um dispositivo de regulação — ao mesmo tempo formativo e normativo — que orienta práticas e identidades docentes em torno de determinadas concepções de mundo, infância/criança, leitura e escrita linguagens, aprendizagem e desenvolvimento infantil. Dessa

forma, justifica-se esta pesquisa por considerar que o discurso pedagógico estatal, materializado nos cadernos do Projeto LEEI, não apenas orienta práticas docentes, mas também produz modos de subjetivação infantil, revelando uma estratégia de governo das infâncias que merece ser desvelada.

Este estudo se orienta pelo seguinte problema de investigação: quais práticas de governo emergem dos cadernos do Projeto LEEI no âmbito da Educação Infantil, no contexto do Programa Criança Alfabetizada? Já o objetivo geral consiste em investigar como o governo das infâncias se manifesta no Projeto LEEI, tomando como base as formulações de Michel Foucault sobre governamentalidade e subjetivação. Como objetivos específicos, delineiam-se:

identificar as concepções de infância/criança e professoras presentes nos cadernos do Projeto LEEI;

analisar os modos de regulação docente e infantil prescritos nos materiais.

A presente pesquisa insere-se, portanto, no campo pós-estruturalista, adotando como referencial teórico as contribuições de Michel Foucault; Veiga-Neto em articulação com autoras e autores do campo da Educação Infantil que problematizam a infância como construção histórica, social e discursiva - como Nunes, Baptista e Corsino (2023); Castro, Lopes e Nogueira (2025); Kramer (2010; 2021), entre outros.

A análise recai sobre três cadernos do Projeto LEEI, a fim de evidenciar como os discursos neles presentes operam na constituição de sujeitos docentes e infantis. Este estudo também reflete a experiência

vivida enquanto formadoras do LEEI, evidenciando como os processos formativos incidem sobre a prática docente e produzem modos de ser professora na Educação Infantil contemporânea.

O PROJETO LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PLEEI

O Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) foi concebido em 2016, no âmbito de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Ministério da Educação (MEC), com o propósito de promover a formação continuada de profissionais da Educação Infantil em todo o território nacional. Sua origem está vinculada a um movimento de valorização da primeira infância nas políticas educacionais brasileiras e à necessidade de consolidar referenciais teórico-metodológicos que orientem o trabalho com a linguagem oral e escrita nas creches e pré-escolas comprometidas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil (Nunes; Baptista; Corsino, 2023).

Em sua primeira fase (2013–2016), o LEEI teve caráter experimental e formativo, sendo desenvolvido em alguns estados e municípios, em parceria com as secretarias de educação locais. Surgiu, portanto, em um contexto de tensionamento entre políticas de formação docente e as discussões acerca da infância e da alfabetização. Nessa etapa, buscou-se compreender como as práticas pedagógicas poderiam favorecer o contato das crianças com múltiplas linguagens, especialmente a escrita, de

modo integrado às experiências da infância, sem antecipar a alfabetização formal (Nunes; Baptista; Corsino, 2023).

No final do ano de 2013, o MEC aprovou o financiamento do Projeto LEEI, assegurando também a realização de pesquisas e a organização de seminários com a participação de professores e estudiosos brasileiros e estrangeiros, em todo o território nacional. A partir dos resultados dessas pesquisas e discussões nos cinco seminários realizados, as questões relacionadas às particularidades da Educação Infantil, às crianças de zero a cinco anos e ao processo de formação continuada de professoras da primeira etapa da educação básica, delinearam o desenvolvimento do Projeto LEEI (Castro; Lopes; Nogueira, 2025).

Junto com a proposta do curso foi elaborado material pedagógico formado por um caderno de apresentação, oito cadernos temáticos e um encarte. Pensar uma formação continuada de professoras em exercício na educação infantil, articulando ciência, arte e vida foi uma escolha teórico-metodológica para essa coleção (Nunes; Baptista; Corsino, 2023, p. 4).

Os cadernos produzidos pela UFMG funcionaram como materiais de estudo, reflexão e proposição prática, articulando fundamentos teóricos com atividades contextualizadas no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Ao reconhecer a linguagem como eixo estruturante das experiências infantis, o projeto propôs um modelo formativo que

valorizava a escuta, a observação e a documentação pedagógica, compreendendo que o trabalho com leitura e escrita na Educação Infantil deve respeitar as especificidades desse ciclo da vida, a ludicidade e as interações como princípios orientadores (Castro; Lopes; Nogueira, 2025).

No entanto,

[...] a implantação da proposta de curso, conforme planejado no âmbito do PLEEI, foi afetada pelo processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, encerrado em 31 de agosto de 2016. Tratativas para que o curso de formação continuada, destinado a todas as professoras de creches e pré-escolas públicas do país, fosse desenvolvido por meio de parcerias com universidades públicas das diferentes regiões, foram suspensas naquele ano e retomadas em 2017, sob a coordenação do novo governo. Essa retomada de negociações, entretanto, foi marcada por intensos e extenuantes debates entre a coordenação do PLEEI e a equipe do MEC (Nunes; Baptista; Corsino, 2023, p. 5-6).

No novo governo, o MEC tinha a intenção de incluir a pré-escola no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como uma estratégia para antecipar a alfabetização e reduzir o risco de fracasso nas primeiras séries do ensino fundamental, dando origem à segunda fase do Projeto LEEI (2017-2018). Diante da falta de tempo para elaborar uma nova proposta, o MEC optou por usar a Coleção de Cadernos do Programa LEEI como recurso de apoio para a formação no

PNAIC-Pré-escola, embora tenha feito mudanças significativas no projeto de formação original como, por exemplo, a redução da carga horária de formação (Castro; Lopes; Nogueira, 2025).

Assim, durante o período de 2019 a 2022, observou-se uma interrupção nas ações de continuidade e investimento voltadas à formação docente na Educação Infantil, o que impactou diretamente a manutenção do Projeto LEEI. Esse intervalo refletiu um contexto mais amplo de descontinuidade das políticas públicas de formação e valorização docente, em que programas exitosos foram suspensos, desarticulados ou deixaram de receber apoio técnico e financeiro por parte da União (Nunes; Baptista; Corsino, 2023).

A ausência de políticas de Estado voltadas à consolidação da Educação Infantil como direito e como etapa formativa essencial resultou na estagnação de iniciativas como o LEEI, que haviam alcançado reconhecimento por sua capacidade de articular teoria e prática no cotidiano pedagógico. Como se pode acompanhar na contextualização histórica de Caimi (2016, p. 87): “[...] a complexidade toma proporções ainda maiores se considerarmos o momento de profunda polarização política que vivemos no país, aliado a graves desigualdades econômicas e sociais que vêm sendo enfrentadas”.

Essa paralisação não apenas interrompeu o processo de formação das professoras, mas também enfraqueceu o diálogo entre universidades e redes municipais de ensino, desestruturando o trabalho em rede que vinha sendo consolidado desde 2016. Com isso, formadoras, gestoras e professoras ficaram sem acompanhamento sistemático, o

que evidenciou o caráter vulnerável das políticas educacionais quando submetidas a agendas governamentais de curto prazo, em vez de serem tratadas como compromissos contínuos de Estado (Caimi, 2016).

Foi somente a partir de 2023, com o lançamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que o LEEI foi retomado e fortalecido, recuperando sua centralidade no campo das políticas públicas de formação docente e reafirmando o compromisso com a Educação Infantil como espaço de produção de cultura, linguagem e cidadania. Com a promulgação do Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o LEEI foi incorporado a esse novo programa e passou por uma ampliação significativa (Castro; Lopes; Nogueira, 2025).

A partir de 2024, o projeto passou a ser desenvolvido em quinze estados e no Distrito Federal, consolidando-se como uma das principais ações de formação continuada para professoras da Educação Infantil em todo o país. Nessa nova fase, sua implementação foi organizada em parceria entre o MEC, as universidades públicas e os órgãos gestores estaduais e municipais, articulando uma rede formativa descentralizada chamada de “Rede Nacional de Formadores” do Pro-LEEI - Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (Castro; Lopes; Nogueira, 2025).

Em termos de organização e metodologia, o LEEI estruturou-se a partir dos Cadernos de Formação, produzidos em 2016 e que compõem percursos de estudo. Cada caderno apresenta fundamentos teóricos, propostas metodológicas e atividades reflexivas que articulam

teoria e prática. As professoras cursistas são convidadas a ler, registrar, observar e discutir suas experiências com as crianças, de modo a relacionar as proposições do material com as práticas cotidianas em sala (Brasil, 2016a).

O processo é mediado por tutoras e coordenadoras, o que confere ao projeto uma dinâmica colaborativa e em rede. Reiterando mais uma vez a necessidade deste estudo por compreender que o projeto LEEI, de caráter nacional, tem se constituído como um importante orientador das ações formativas voltadas às professoras da Educação Infantil, encontrando-se atualmente em sua terceira etapa (2014 e 2025), o que evidencia sua relevância e continuidade no cenário educacional brasileiro.

O GOVERNAMENTO: INSTRUMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Ao propor um olhar sobre o governo das infâncias, este estudo toma como base as contribuições teóricas de Michel Foucault, especialmente no que se refere às relações entre poder, saber, governo e subjetivação. Para o autor, governar ultrapassa a noção de controle direto sobre os corpos ou imposição de regras disciplinares: trata-se de um exercício que atua sobre o campo de possibilidades do outro, orientando condutas, modos de ser e de pensar.

Tal movimento insere-se em um contexto mais amplo de regulação das práticas educativas e, conseqüentemente, da própria concep-

ção de infância. Seguindo as contribuições de Michel Foucault, pode-se compreender esse processo como parte de um *governo das infâncias*, no qual discursos pedagógicos e normativos operam estratégias de condução da conduta docente e infantil, normalizando comportamentos e delimitando modos de ser criança na contemporaneidade.

O governo se revelou um conceito bastante operacional, permitindo tanto o estudo da governamentalidade do Estado, quanto a ética da subjetivação, ambos, como processos indissociáveis. Pela primeira vez, a subjetividade passou a ser pensada como uma faceta distinta da alma docilizada do poder, pelas práticas coercitivas, até então o foco de suas pesquisas. A partir de então, Foucault pôde explorar as práticas de si, como práticas da liberdade, tema derradeiro de seus estudos (Ferreira Neto, 2019, p. 2).

Assim, compreender as formas pelas quais as políticas públicas de formação docente incidem sobre as práticas pedagógicas na Educação Infantil implica lançar um olhar atento aos discursos e dispositivos que as sustentam. Nesse sentido, o Projeto *Leitura e Escrita na Educação Infantil* (LEEI) configura-se como um importante artefato político-pedagógico, produzido e disseminado em âmbito nacional, cuja materialidade — expressa nos cadernos de formação — orienta modos específicos de ser professora, de conceber a infância/criança e a educação infantil.

Dessa forma, não se trata apenas de analisar o objetivo geral declarado pelo Programa LEEI: “[...] a formação de professoras de Educação Infantil para que possam desenvolver, com qualidade, o trabalho com a linguagem oral e escrita, em creches e pré-escolas” (Brasil, 2016a, p. 29). Ao contrário, busca-se compreender quais regimes de verdade e tecnologias de poder atravessam a produção de tais documentos e como estes configuram um campo de governamentalidade que captura e orienta tanto as professoras quanto as crianças da educação infantil.

Para aprofundar a compreensão do papel do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), no contexto da formação docente e do governo das infâncias, optou-se pela análise documental dos Cadernos Formativos 0, 1 e 2: respectivamente intitulados *Caderno de Apresentação: Leitura e Escrita na Educação Infantil* (Brasil, 2016a); *Ser docente na Educação Infantil: entre o ensinar e o aprender* (Brasil, 2016b) e *Ser criança na Educação Infantil: infância e linguagem* (Brasil, 2016c). A escolha desses três Cadernos justifica-se pela centralidade que atribuem, respectivamente, aos sujeitos do processo educacional – a professora e a criança – e pelo enfoque convergente entre formação docente, concepções de infância/criança e práticas pedagógicas, aspectos fundamentais para problematizar as formas de governo infanto-educativo estabelecidas no projeto.

A análise documental utilizada neste estudo baseia-se na leitura crítica e sistematizada dos textos integrantes dos cadernos formativos selecionados, articulando os descritores propostos para a investigação: concepção de infância/criança; concepção de educação infantil e forma-

ção docente. Ao observar a inter-relação entre esses elementos, busca-se evidenciar como o material contribui para a mediação entre teoria e prática na formação docente, além de apontar conformações discursivas que influenciam a gestão das infâncias no espaço escolar (Nunes; Baptista; Corsino, 2023).

O Caderno 0 apresenta algumas reflexões acerca da formação docente e apresenta as linhas gerais do Curso de Formação Docente “Leitura e Escrita na Educação Infantil, seus objetivos, estrutura, metodologia, avaliação e certificação.

O Caderno 1 aborda a formação da identidade profissional do educador na Educação Infantil, destacando o processo dialógico entre ensinar e aprender como fundamento de sua prática cotidiana. A leitura literária, a cultura escrita e as múltiplas linguagens são posicionadas como recursos pedagógicos que ampliam as experiências das professoras e promovem a reflexão sobre seu papel na constituição dos sujeitos infantis. Nesse sentido, o documento articula as concepções de leitura e escrita não como conteúdos a serem transmitidos, mas como práticas sociais a serem vivenciadas e co-construídas (Brasil, 2016a).

Por sua vez, o Caderno 2 retoma a dimensão da criança na Educação Infantil, problematizando concepções de infância que influenciam diretamente as práticas educativas e o currículo. A criança é compreendida enquanto sujeito pleno de direitos, detentora de linguagem e cultura próprias, que ultrapassam o mero domínio técnico da escrita, ampliando o debate para o campo das políticas públicas e das epistemologias críticas da infância (Brasil, 2016b).

Esses dois cadernos são os instrumentos investigados, pois orientam as formações, funcionando como mediadores entre a política nacional e as práticas locais. Neles, são apresentadas concepções de infância, linguagem, oralidade, leitura e escrita, bem como indicações metodológicas que dialogam com o cotidiano das instituições de Educação Infantil. Ao proporem reflexões sobre o papel do professor como mediador cultural e sobre o lugar da criança como sujeito de direitos, os cadernos também evidenciam os modos pelos quais as políticas educacionais produzem discursos e orientações sobre o que significa *ser criança* e *ser professora* na contemporaneidade.

MODOS DE REGULAÇÃO DOCENTE E INFANTIL PRESCRITOS NOS CADERNOS DO LEEI

Enquanto instrumento formativo e normativo, os Cadernos do Projeto LEEI analisados funcionam como um artefato de governo das infâncias ao articular conteúdos, práticas e valores orientadores na construção do currículo e da ação docente. A concepção de currículo presente nos documentos enfatiza a dimensão cultural e política da Educação Infantil, alinhando-se às normativas nacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), promovendo uma formação docente que extrapola a mera técnica para atingir a dimensão ética e crítica da profissão (Costa & Dresch, 2022).

Os Cadernos Formativos do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) investigados configuram-se, então, como ins-

trumentos fundamentais para a operacionalização das políticas de qualificação docente e para a promoção de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios do governo das infâncias. Esses documentos oficiais, elaborados a partir de pesquisas acadêmicas consolidadas e orientações do Ministério da Educação (MEC), oferecem subsídios teóricos e metodológicos que possibilitam aos educadores de infância desenvolverem práticas que respeitam a singularidade dos sujeitos infantis e o direito à diversidade cultural e linguística.

Nesse caso, trata-se de um movimento coletivo, reflexivo, consciente e transformativo. Assim, esses documentos tornam-se essenciais para operacionalizar as diretrizes nacionais que orientam a Educação Infantil, materializando o compromisso do Estado com a garantia dos direitos da infância em consonância com legislações vigentes e marcos regulatórios.

Nessa concepção, educar não é transmitir às novas gerações apenas a experiência cultural constituída ao longo do percurso histórico, mas também as chaves que permitam promover sua renovação pela transformação do já conhecido. É impossível “passar” a experiência cultural, pois diz respeito à vida, e, assim, sua transmissão só pode se dar no viver (Brasil, 2016b, p. 20).

Nesse sentido, o Caderno de Apresentação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil leva em consideração, em suas unidades, que docentes e crianças possuem saberes e vivências que

precisam ser valorizadas. Dessa forma, os textos procuram promover o diálogo com os diferentes participantes desse processo – as crianças, as professoras e as famílias (Brasil, 2016a).

[...] afinada com a racionalidade política moderna, ela totaliza, ao mesmo tempo que individualiza; isso é, se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social [...] (Veiga-Neto, Saraiva, 2011, p. 9).

Para análise dos Cadernos Formativos 0, 1 e 2 do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) definiu-se descritores que orientaram o foco do olhar para a atuação docente e as concepções de criança/infância na Educação Infantil, estabelecendo modos de regulação tanto da professora quanto da criança.

Esses descritores, embora formulados de forma orientadora, configuram mecanismos de regulação docente e infantil. Conforme Foucault (2008), tais dispositivos produzem modos de conduta e regimes de verdade que moldam comportamentos, identidades e relações de poder no contexto educativo. Ao indicar o que se espera que o professor observe, valorize e realize, os cadernos conduzem a prática docente de forma normativa, promovendo o autogoverno, no qual associa à responsabilidade que o sujeito assume sobre si dentro de uma ética normativa.

Em primeiro lugar, é preciso pensar em educação de forma bastante ampla, sem deixar de considerar que há ações que a caracterizam, assim como no caso do cuidado. Pensar de forma ampla significa considerar que nessa prática – a de educar – estão presentes as aprendizagens de diferentes conteúdos, procedimentos e técnicas e, também, aquelas relativas às atitudes, à compreensão de si, do outro e do mundo. Assim, pode-se concluir que para educar – ensinar, orientar, construir regras de convivência, de uso dos espaços e dos materiais, de organização dos tempos, etc. – é preciso ao mesmo tempo cuidar tanto da dimensão física quanto da social, da afetiva e da cultural. Mesmo porque quanto menor é a criança, mais sua experiência é vivida de forma global, fazendo interagir os diferentes aspectos que a constituem (Brasil, 2016b, p. 66).

No que tange aos descritores relacionados à identidade profissional e à postura reflexiva do professor, apresentados principalmente no Caderno 1 – *Ser docente na Educação Infantil: Entre o ensinar e o aprender*, destacam-se: assumir postura investigativa e ética na prática educativa; refletir continuamente sobre suas próprias ações e decisões pedagógicas; planejar suas ações considerando os interesses e necessidades das crianças; valorizar o diálogo e a colaboração entre colegas; e promover um ambiente acolhedor e inclusivo (Brasil, 2016b). Essas orientações enfatizam o modo pelo qual a professora deve se constituir enquanto profissional, em um processo ético e formativo que regula sua

conduta e subjetivação, implicando numa regulação interna que aponta para o governo de si.

O tema é complexo e, por isso, não há um caminho único a ser seguido – pois não há respostas definitivas a alcançar, mas um ritmo particular de estudar, de conversar com autores e colegas, de nos situar entre o que já sabemos e o que podemos saber. Nesse percurso, promovemos em nós um alargamento da existência pela abertura ao processo de aprender a nos interrogar (Brasil, 2016b, p.16).

Além disso, no trecho do Caderno 0, que contém a apresentação do projeto, há o reconhecimento da importância da docência na constituição da subjetividade infantil e no papel de promotora de acesso à(s) cultura(s). Destaca ainda o objetivo que esse papel implica:

Assim, tendo como centro o trabalho da professora na Educação Infantil, ou seja, a docência com crianças, inclusive os bebês, esta unidade tem como objetivo geral favorecer a sua reflexão pessoal sobre essa atividade à luz de conhecimentos e análises a respeito do que significa ser professora dessa etapa da Educação Básica (Brasil, 2016b, p. 60).

O Caderno 1 – *Ser Docente na Educação Infantil: entre o ensinar e o aprender*, enfatiza uma concepção de professora como sujeito

investigativo, reflexivo e permanentemente implicado em sua própria autotransformação. Afirmar-se, por exemplo, que cabe “[...] a responsabilidade da mediação docente em alcançar os meios para as crianças transformarem e ressignificarem experiências de linguagem instauradas em seu grupo social” (Brasil, 2016b, p. 20).

Esse enunciado, embora promova uma perspectiva ético-formativa, também atua como dispositivo de autogoverno, ao deslocar para a professora a responsabilidade individual pelo êxito dos processos educativos. Como aponta Foucault (*apud* Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 234), governar é fazer com que os sujeitos “conduzam sua própria conduta”, internalizando normas e expectativas. Assim, a formação não apenas informa, mas conforma comportamentos.

Já o Caderno 2 – *Ser Criança na Educação Infantil: infância e linguagem*, formula uma concepção específica de infância, priorizando a criança como sujeito ativo e produtor de cultura. Afirmar-se que “a criança não representa uma miniatura do homem adulto; bem ao contrário, o ser humano de pouca idade constrói um universo particular, adequado aos seus mais profundos impulsos e desejos” (Brasil, 2016c, p. 31).

A criança é sujeito de suas experiências e constrói sentidos sobre o mundo a partir das interações e brincadeiras. Embora tal perspectiva rompa com modelos escolarizantes tradicionais, ela também define parâmetros normativos do que é ser uma *criança adequada*: curiosa, participativa, expressiva, produtora de cultura e conhecimentos. Nesse sentido, como já advertia Veiga-Neto e Saraiva (2011, p. 9), a escola “totaliza ao mesmo tempo que individualiza”, constituindo singularidades

alinhas a projetos coletivos de sociedade. É nesse sentido que, assim como Ostetto (2000), Kramer, Jobim e Souza (1996), concebe-se a escola um local privilegiado de produção e não de transmissão de conhecimentos, ou seja, é onde a formação, que se dá em meio às condições de trabalho, favorece as professoras a falarem de suas vidas, de suas histórias, ampliando múltiplos conhecimentos.

Desse modo, os descritores analisados nos Cadernos 0, 1 e 2 constituem uma formação docente que opera por meio da responsabilização ética e da autorregulação. Como afirma Foucault (1995, p. 244), governar é “estruturar o campo de possibilidades de ação dos sujeitos”, e isso ocorre no LEEI, por meio da produção de um ideal de professora engajada, reflexiva e permanentemente disponível a se reformular.

O descritor que trata sobre a concepção de Educação Infantil, presente no Caderno 2 do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI (Brasil, 2016c), enfatiza uma abordagem que reconhece a Educação Infantil como um espaço cultural e político fundamental para o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Destaca-se que a mediação do processo de apropriação na Educação Infantil deve ocorrer por meio das interações e do brincar, assegurando às crianças seus modos próprios de aprender. A mediação docente é vista como complexa e exigente, pois deve respeitar o direito à infância e proporcionar um ambiente que articule afetividade, conhecimento e cultura escrita.

Essa concepção reconhece a importância de uma formação profissional que prepare as professoras para mediar esse processo a partir das particularidades e os direitos das crianças, articulando teoria e

prática de forma integrada e crítica. Nesse processo, se olharmos para a instituição de Educação Infantil como um ambiente em que a criança seguirá um percurso de até cinco anos, cabe às professoras conceber e implementar um projeto que contemple experiências sociais, afetivas e culturais adequadas a cada fase/idade em que as crianças se encontram. Isso não quer dizer que devemos segmentar necessariamente as crianças por faixa etária, já que a instituição de Educação Infantil pode e deve se configurar como ambiente de convivência que considere a diversidade tanto de idade quanto étnico-racial, de origem sociocultural e de classe social (Brasil, 2016b).

Como sujeitos de cultura somos constituídos pelo nosso contexto social, por vivermos imersos em ambientes de linguagens e pelas oportunidades que outros sujeitos mais experientes ou com experiências diversificadas nos apresentam, enriquecendo nossas vivências. Essa é a possibilidade que o conhecimento pode promover, abrir portas e janelas para o mundo, descortinar realidades, iluminar ideias, enriquecer o pensamento. E a escola como lugar de acesso a novos conhecimentos, de sua apropriação e aprimoramento, configura contexto primordial para o desenvolvimento de relações (Brasil, 2016c, p. 17).

Assim, a concepção de Educação Infantil observada nos Cadernos do LEEI vai além de uma abordagem técnica, valorizando a criança como sujeito, portadora de direitos, inserida em um contexto

cultural e social que deve ser considerado no planejamento de práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento. Em síntese, os cadernos não apenas orientam práticas pedagógicas, mas instauram modos legítimos de existir na Educação Infantil, configurando um campo de governamentalidade que regula o que pode e como deve ser uma docente — e o que pode e como deve ser uma criança — no interior das políticas contemporâneas da infância.

Os Cadernos do LEEI estudados incorporam, ainda, elementos das estratégias pedagógicas das tertúlias literárias, que promovem o diálogo horizontal e a troca autoria entre crianças, educadores e famílias, ampliando as possibilidades de resistência às microfísicas do poder que historicamente permeiam as instituições escolares.

Podem ser considerados, os Cadernos do Projeto LEEI analisados, como textos formativos e, simultaneamente, normativos, pois instauram um campo de possibilidades e limites para a ação pedagógica. Essa ambivalência, como destacam Veiga-Neto e Saraiva (2011), é constitutiva das políticas educacionais contemporâneas que “atuam menos pela imposição e mais pela produção de modos de ser, pensar e agir”. Nesse sentido, compreender os Cadernos do LEEI a partir da noção de governo implica analisá-los não apenas como instrumentos de formação, mas também como artefatos de poder-saber, que participam ativamente da constituição das identidades docentes e infantis no contexto da Educação Infantil.

Assim, a análise documental desses materiais evidencia que o Projeto LEEI, por meio dos seus Cadernos formativos, contribui signi-

ficativamente para a articulação da teoria e prática da formação profissional docente, baseando-se em concepções progressistas de infância e educação, promovendo práticas educativas que dialogam com a complexidade e a diversidade presentes na infância contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto LEEI constitui-se em uma proposta de formação continuada que busca apoiar as professoras da Educação Infantil em seu percurso de compreensão sobre a oralidade, a leitura e a escrita como práticas sociais. A formação promoveu espaços de estudo, reflexão e troca de experiências, permitindo que as professoras revisitem seus conceitos, reconheçam práticas já desenvolvidas e ampliem suas possibilidades de intervenção pedagógica.

Partindo das contribuições teóricas de Michel Foucault (2008, p. 288), compreende-se que governar é “estruturar o eventual campo de ação dos outros” e age não só sobre os corpos, mas também sobre as subjetividades. É por isso que o autor explica que governar “refere-se ao controle que se pode exercer sobre si e sobre os outros, não só sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” (Foucault, 2008, p. 164).

Nessa perspectiva, os Cadernos Formativos não se limitam a apresentar orientações técnicas; eles atuam como dispositivos produtivos de saberes, que fomentam a construção de uma governança educativa crítica, sensível às nuances do desenvolvimento infantil. Essa con-

cepção está alinhada às concepções foucaultianas de governo, que elucidam como as práticas educativas podem tanto reproduzir formas de controle quanto constituir espaços de emancipação e autonomia.

Percebe-se que a concepção de poder, que se exerce mais pela condução das condutas do que pela coerção direta, possibilita compreender o Projeto LEEI como um dispositivo de governo, pois suas orientações formativas produzem efeitos de verdade sobre o que significa ser professora, ensinar e viver a infância na Educação Infantil contemporânea. Destaca-se, portanto, que o uso dos Cadernos no contexto do LEEI representam uma tentativa consciente de problematizar as tradicionais relações de poder na educação infantil.

Assim, considera-se pela análise dos cadernos formativos do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI, que investir na formação docente é investir na infância e que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, quando bem compreendidas, amplificam as possibilidades pedagógicas das docentes. Portanto, o LEEI constitui uma política pública formativa que articula teoria e prática, promovendo um governo que regula e emancipa sujeitos docentes e infantis, de modo a reafirmar o seu papel central no contexto contemporâneo da Educação Infantil no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*,

Seção 1, 13 jun. 2023, p. 3. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11556-12-junho-2023-794286-publicacaooriginal-168047-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Caderno de apresentação: leitura e escrita na educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2016a. (Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, v. 0). Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/leei/cadernos-formativos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ser docente na educação infantil: entre o ensinar e o aprender*. Brasília: MEC/SEB, 2016b. (Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, v. 1). Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/leei/cadernos-formativos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ser criança na educação infantil: infância e linguagem*. Brasília: MEC/SEB, 2016c. (Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, v. 2). Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/leei/cadernos-formativos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *CrITÉrios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1997.

CAIMI, Flávia Eloisa. A história na Base Nacional Comum Curricular. *Revista Lhiste*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 86-92, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/65515>. Acesso em: 16 set. 2025.

CASTRO, Estela Souza de; LOPES, Julia da Fonseca; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI (2013-2023): uma análise em três tempos. *Olhares e Trilhas*, Uberlândia, v. 27, n. 1, jan./jun. 2025.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/387873604>. Acesso em: 12 de out. de 2025.

COSTA, Lucimar Presotto Azi; DRESCH, Jaime Farias. Governo da infância: apontamentos sobre processos de escolarização e tecnologias de poder. *Revista Vivências*, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 69–87, 2022. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/402>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERREIRA NETO, João Leite. Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/w77HNhPSgRPzrrKrz7ywgYG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de out. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KRAMER, Sônia. *As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais do Brasil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

KRAMER, Sônia. *Educação como resposta responsável: conhecer, acolher e agir*. São Paulo: Papyrus, 2021.

KRAMER, Sônia; JOBIM e SOUZA, Solange. Experiência humana, história de vida e pesquisa: um estudo da narrativa, leitura e escrita de professores. In: KRAMER, Sônia; JOBIM E SOUZA, Solange (orgs.). *Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação*. v. 10. São Paulo: Ática, 1996, p. 7-42.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). *Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios*. Campinas: Papirus, 2000, p. 175-200.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; BAPTISTA, Mônica Correia; CORSINO, Patrícia. Projeto leitura e escrita na educação infantil: contribuições para uma política de formação. *Revista Brasileira de Alfabetização*, [S.l.], v. 19, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/a2e3e5ec-85ff-40ee-8a59-3727da201f3a/content>. Acesso em: 14 out. 2025.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

TRINDADE, Ana. Paula. Ferreira. *Concepções de professores alfabetizadores em relação ao PNAIC: a formação continuada e a qualidade educacional na Educação Infantil*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás Regional de Jataí, Jataí, 2020. Disponível em: <https://mestradoeducacao.jatai.ufg.br/37933-ana-paula-f-trindade>. Acesso em: 14 set. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, p.5-13. 2011.